



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

A INSERÇÃO DA AMAZÔNIA NA CONTABILIDADE DA NATUREZA: UMA LEITURA DA DINÂMICA DO DENDÊ E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO NORDESTE PARAENSE

***THE INSERTION OF THE AMAZON IN THE ACCOUNTING OF NATURE:
A READING OF PALM OIL DYNAMICS AND PEASANT RESISTANCE IN THE NORTHEAST OF
PARÁ STATE (BRAZIL)***

(Recebido em 02-10-2017; Aceito em 06-07-2020)

Rafael Benevides de Sousa

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – Niterói, Brasil
benevidessousa@gmail.com

Resumo

Este trabalho surgiu da necessidade de realizar o debate sobre a influência que o dendê tem exercido sobre as comunidades rurais no nordeste paraense, bem como as relações de resistências erguidas contra ao avanço da oleaginosa pelo movimento camponês. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia tem se dado em diversos contextos históricos-geográficos, numa perspectiva produtivista, o que vem levando à destruição dos ecossistemas e precarizado a vida de parte da população amazônica. Nesse início de século XXI, investido numa perspectiva do desenvolvimento sustentável, o agronegócio do dendê intensifica o seu meio produtivo pautado nas políticas públicas, estas que viabilizam sua espacialização pelo espaço agrário paraense. A expansão da oleaginosa reprisa velhas relações produtivas, criando mecanismos de espoliação do campesinato e contabilizando o uso da terra. Parte das reflexões trazidas neste trabalho resulta da atividade de campo realizada entre 2015 e 2017 nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará. Por meio da observação e de conversas com camponeses e trabalhadores do dendê, fomos introduzidos na discussão acerca das transformações ocorridas na dinâmica socioeconômica dessa parte da Amazônia com a introdução da palma africana e seu *slogan* de sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Agronegócio do dendê; Campesinato; Resistência; Nordeste Paraense.

Abstract

This work arose from the need to carry out the debate on the influence that oil palm has exerted on the rural communities in Northeast of Pará, as well as the relations of resistances erected against the advance of the natural product by the rural workers movement. The development of capitalism in the

Amazon has taken place in diverse historical-geographical contexts, from a productivist perspective, which has led to the destruction of ecosystems and precarious life of part of the Amazonian population. At the beginning of the 21st century, invested in a sustainable development perspective, palm oil agribusiness intensifies its productive environment based on public policies, which enable its spatialisation through the agrarian space of Pará. The expansion of the natural product reprises old productive relations, creating mechanisms of spoliation of the peasantry and accounting for the use of the land. Part of the reflections brought about in this work is the result of the field activity carried out between 2015 and 2017 in the Acará, Bujaru and Concórdia do Pará cities (in Pará State, Brazil). Through observation and conversations with rural workers and palm oil workers, we were introduced to the discussion about the transformations occurring in the socioeconomic dynamics of this part of the Amazon Region with the introduction of the African palm and its slogan of sustainability.

Keywords: Sustainable development; Agribusiness of palm oil; Rural Villages; Resistance Movement; North East of Para State (Brazil).

Introdução

A atual fase do capitalismo tem enveredado por um processo de contabilidade dos ecossistemas, inserindo a Amazônia como um espaço para o investimento cada vez maior de capital, tendo como moeda de troca a sua biodiversidade (terra/subsolo, água e floresta). Tomando como referência este cenário, propomos neste artigo realizar uma discussão pautada na espacialização do agronegócio do dendê e da resistência camponesa no nordeste paraense.

A apropriação capitalista do território amazônico costuma acontecer pela capitalização da natureza como recurso e reserva de valor. Essas “novas” amarras da globalização econômica pautam-se na natureza como um território/terra de negócio, e permitem, dentre outras coisas, a comercialização da captura de carbono e/ou a produção de combustíveis renováveis e de alimentos.

Desse modo, a questão central trazida neste trabalho é o questionamento de como tem se dado os empreendimentos considerados sustentáveis na Amazônia e suas implicações no modo de vida das populações camponesas que, por várias gerações, usufruem de seus territórios.

A ambientalização da questão agrária emerge a partir da contabilidade da natureza – seja na conformação do latifúndio genético (GONÇALVES, 2002; 2012), seja na criação de *commodities* verdes, seja na luta pelo território –, e se ajusta a outras racionalidades no processo de dominação e apropriação do espaço geográfico. Surge assim, “uma nova geopolítica com a globalização e o desenvolvimento sustentável como nova forma de colonização/exploração, a que criativamente corresponde uma série de respostas críticas dos povos da América Latina” (GONÇALVES, 2012, p. 26).

A luta pelo território tem reconfigurado o debate acerca da questão agrária, ampliando as pautas de reivindicações da luta pela terra.

A constituição de novos sujeitos políticos, novos sujeitos de direito vêm redefinindo as táticas e estratégias de luta pela terra na Amazônia, sobretudo, pelo impacto da emergência da questão ambiental e da questão étnica que vem redefinindo o “padrão de conflitividade” e o campo relacional dos antagonismos na região, implicando uma espécie de “ambientalização” e “etnização” das lutas sociais, complexificando a questão fundiária e agrária, foco irradiador dos principais conflitos na região (CRUZ, 2014, p. 55).

A partir da Constituição de 1988, a questão agrária toma novos contornos, principalmente em função do protagonismo que as populações camponesas tomam para si, legitimando suas territorialidades e produzindo formas de resistência frente ao capital. No bojo dessa discussão, vislumbra-se a imagem do ambientalmente correto, materializado por meio do discurso do desenvolvimento sustentável.

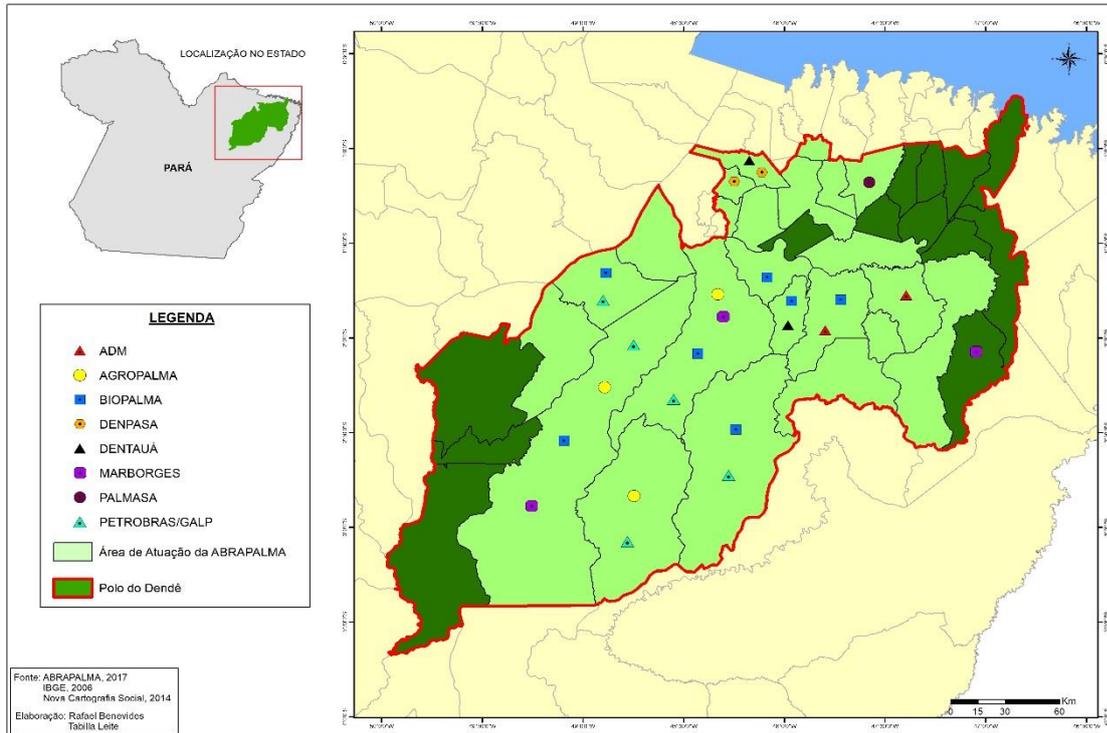
Esse debate percorre a tríade economia–meio ambiente–sociedade e tende a, por meio do desenvolvimento, sanar problemas mundiais como a pobreza e a fome, além de buscar alternativas racionais para a exploração da natureza. A Amazônia, maior reserva em biodiversidade do planeta, insere-se nesse contexto global, referenciada pela ótica externa ao seu território, algo que já acontece desde 1616, com a fundação da cidade de Belém.

O discurso da sustentabilidade inscreve-se por sua vez como um ajuste a racionalidade econômica, inserindo as políticas ambientais numa abordagem a partir de proposta ecológicas por dentro da perspectiva do desenvolvimento. Contudo, o mesmo desenvolvimento, tem reproduzido e legitimando velhas formas predatórias de exploração da natureza (LEFF, 2009).

A dinâmica produzida pelo dendê¹ no nordeste paraense, ocorrida nos primeiros anos do século XXI, tem sido o espelho das políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, tendo como objetivo fomentar a economia regional e recuperar áreas degradadas. Por meio do governo do Estado do Pará e do governo Federal, constituíram-se programas de incentivo à produção da oleaginosa, que já abrange 35 municípios do nordeste paraense e do baixo Tocantins.

¹ “Palmácea originária da África Ocidental, o dendê, ou palma de óleo (*palm oil* como é conhecida em inglês), foi revelada economicamente nas plantações do Extremo Oriente, com a utilização do óleo inicialmente em sabão e, depois, como lubrificante de máquina a vapor. Com o crescimento da demanda as plantações expandiram na Malásia na década de 1930 e a seguir na Indonésia. Hoje, o óleo da palma é utilizado em inúmeros produtos alimentícios e cosméticos da Europa, Japão e Estados Unidos” (BECKER, 2010: 3).

Mapa 01: Polo do dendê no Estado do Pará



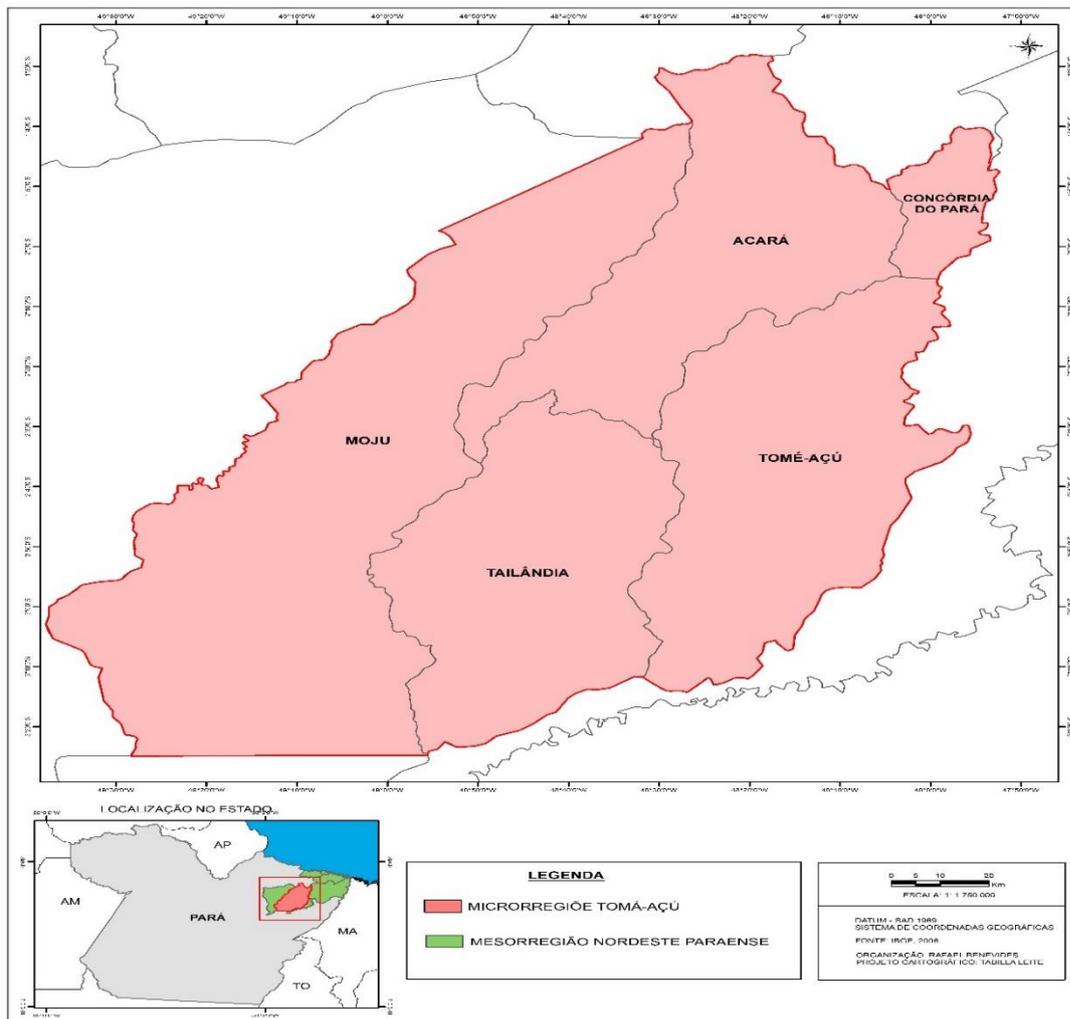
Fonte: O autor (2017).

No mapa 01, observamos a abrangência do dendê no Estado do Pará. A ABRAPALMA (Associação Brasileira de Óleo de Palma), criada em 2012, atualmente possui oito empresas associadas, estando presente em 23 municípios paraenses.

A espacialização do dendê pelo nordeste paraense, enquanto uma produção capitalista, tem quebrado parte dos ciclos itinerantes da agricultura camponesa regional, anulando o sistema de pousio e exaurindo o uso do solo com a monocultura da palma à base de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Parte das reflexões trazidas neste trabalho resulta da pesquisa de campo realizada na microrregião de Tomé-Açu, entre 2015 e 2017 (ver mapa 02). Por meio da observação e de conversas com camponeses e trabalhadores do dendê, fomos introduzidos na discussão acerca das transformações ocorridas na dinâmica socioeconômica e ambiental dessa parte da Amazônia com a introdução da palma africana e seu *slogan* de sustentabilidade.

Mapa 02: Microrregião de Tomé Açú



Fonte: O autor (2017).

O mapa 02, mostra os municípios que fazem parte da microrregião de Tomé-Açu. A partir da pesquisa de campo, detectamos que o agronegócio do dendê, tem orquestrado nesses municípios a capitalização da terra, o recrutamento da mão de obra de famílias do campo, gerando problemas ambientais e conflitos com comunidades camponesas, quilombolas e indígenas.

Partindo desta perspectiva, buscamos nesse artigo realizar um debate acerca do dos dados empíricos recolhidos em campo junto aos referenciais teóricos que nos permite entender a dinâmica do agronegócio do dendê nessa parte da Amazônia, e as formas de resistências que estão sendo reproduzidas pelo campesinato local.

A racionalização do capital e as brechas camponesas na cadeia produtiva do dendê

A inserção da Amazônia na lógica do capitalismo mercantilista, entre os séculos XVII e XVIII, submete a região a um plano de desenvolvimento entrelaçado por um modelo exógeno de modernidade que perdura até a contemporaneidade. Diante dessa perspectiva, a Amazônia passa a ser conceituada a partir da sua natureza “intocada”, o que gerou, em determinados contextos históricos, a criação de mecanismos de modernização mediados pelo aproveitamento de sua potencialidade biológica e geográfica, desencadeando processos de desenvolvimento que têm gerado o seu suposto status de subdesenvolvido.

A literatura produzida a partir das expedições científicas e missionárias na Amazônia do século XVII estava a serviço dos Estados dinásticos da Europa, e tinha como objetivo confeccionar tabulações e manuscritos sobre o novo mundo (ALMEIDA, 2008). Desde então, produziu-se um ideário de Amazônia assentado no olhar do conquistador e na subjugação das culturas preexistentes em relação às culturas civilizatórias europeias.

Sob a perspectiva da regionalização, a Amazônia passou a se configurar pela sua insuficiência demográfica, fato que acarretou na corrida migratória para a região, principalmente de nordestinos. Outro critério de regionalização foi o de inspiração naturalista, amarrado a conceitos biológicos de forte influência positivista. Desse modo, a população indígena e a camponesa passaram a ser vistas como uma extensão da natureza, sendo preciso a integração destas populações ao mercado para suprir seu suposto estágio natural (ALMEIDA, 2008).

A arena que se instituiu na Amazônia a partir da sua inserção no processo econômico de globalização é percorrida por uma questão agrária imersa na reprodução desigual e combinada do capital, que procriou latifúndios, metamorfoseando a terra num instrumento de valorização de troca comercial. É nesse período que ocorre a intensificação dos conflitos agrários, com destruição das roças, desterritorialização indígena e camponesa, assassinatos de homens e mulheres da floresta, ativando nos movimentos sociais a luta pela terra sem cerca.

Paralelo ao avanço do capital na Amazônia, a partir da década de 1960, abriu-se um novo debate, colocando em questão as formas predatórias que a sociedade capitalista, até então, usufruía da natureza. Emerge daí uma questão ambiental que “coloca em xeque o desdobramento produtivista [...] de um projeto de origem europeia que tem na ideia antropocêntrica de dominação da natureza um dos seus pilares” (GONÇALVES, 2012, p. 19).

Para Gonçalves (2012, p. 22), “as transformações que o mundo experimentará a partir dos anos 1970, que alguns chamarão de período neoliberal e outros simplesmente de globalização, nos anos 1980 tem a questão ambiental como uma das questões mais debatidas”. A partir desse momento,

emerge a “crise civilizatória”, pautada não apenas em ideologias ecológicas, mas também e, principalmente, nos critérios científicos acadêmicos e de políticas públicas dos Estados nacionais.

Esse discurso ambiental vai engendrar uma ambientalização em diferentes frentes de lutas e processos sociais culminando na diversidade de atores que se tornam protagonistas dentro dessa nova configuração de apropriação da natureza. Ao mesmo tempo em que vai servir de justificativa para legitimar práticas institucionais, políticas e científicas (ASCELRAD, 2010).

Nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações coletivas são esboçadas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre novos objetos, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles (ASCELRAD, 2010, p. 24).

Essa lógica marcada pelas disputas de modelos de ambientalização é discutida por Ascelrad (2010), destacando especialmente as “clivagens do ambientalismo”, para a qual o discurso ambiental se associa a procedimentos antigos de dominação da natureza, agora com o *slogan* da sustentabilidade, ou seja, há uma ambientalização do discurso de desenvolvimento. Com isso, a partir da década de 1980, o desenvolvimento ganhou um adjetivo que o qualifica diante da problemática ambiental, construindo nas falas oficiais o enquadramento do desenvolvimento sustentável.

Para Gonçalves (2012), o discurso do desenvolvimento sustentável é uma nova forma de colonização/exploração sobre os países detentores de fontes naturais. Nesse contexto, a Amazônia, uma das últimas fronteiras do mundo com grandes reservas naturais, torna-se novamente palco de intervenções políticas. Contudo, nesse momento, dentro de uma governança² na qual o Estado não é o principal agente de transformação do espaço, as instituições capitalistas, ONGs e os “novos” atores sociais que sobreviviam na invisibilidade jurídica (as populações camponesas), agora possuem legitimidade sobre as políticas territoriais, mesmo que dentro de uma assimetria de poder.

Engendramos, assim, a incidência de uma ambientalização da questão agrária pautada nos novos mecanismos para a qual o Estado e as corporações capitalistas assumem o processo de territorialização do capital, constituindo uma ação territorial dentro dos certames do discurso da sustentabilidade. Nesse cenário, o desenvolvimento passa a ilusão de ser guiado não apenas pelo ensejo econômico, mas também levando em consideração a preservação ambiental e a equidade social.

Por outro lado, dentro desse processo de ambientalização, a população campesina torna-se protagonista na luta pelo território, reivindicando o reconhecimento de suas identidades e ressaltando

² Quando nos referimos à governança, entendemos como “um fenômeno mais amplo de que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às demandas” (ROSENAU, 2000, p. 15-16).

uma territorialidade que vai na contramão da racionalização do desenvolvimento sustentável, por mais que contraditoriamente esteja conectada a esse modelo econômico.

A população camponesa, invisível judicialmente até então, passa a gerir suas ações políticas por entre as instituições legais do Estado brasileiro, garantindo, em parte, suas conquistas territoriais. Com isso, emerge, de um lado, dentro da questão agrária, o embate entre as propostas de um desenvolvimento territorial com supostas práticas sustentáveis (de forte ideologia capitalista); e, de outro, as categorias camponesas que realizam em seus territórios resistências cotidianas (SCOTT, 2002; 2011) e organizadas (HÉBETTE, 2004) por entre as frestas do capital.

Para se adequar às exigências impostas pelas conferências e resoluções sobre o clima, os países buscam implementar políticas que viabilizem o desenvolvimento sustentável e, assim, consigam entrar nos acordos financeiros mundiais que exigem formas exploratórias menos poluentes. Observamos, com isso, que “até o clima é financeirizado, com a recente conversão do capital à causa do aquecimento global, o que vem contribuindo para promover um perigoso consenso em torno do aquecimento global” (GONÇALVES, 2012, p. 23).

Diante dessa conjuntura internacional, em 2005, o governo brasileiro criou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), com o intuito de produzir um combustível menos poluente a partir de fontes de energia renováveis. O PNPB tem como diretrizes a implantação de um programa sustentável, promovendo a inclusão social; a garantia de preços competitivos, de qualidade e suprimento e; a produção de um biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas, fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria-prima (SAF-BIODIESEL, 2017).

O PNPB inicia um “novo” ciclo de desenvolvimento no Brasil pautado na sustentabilidade e influenciado pelos acordos do clima. Desse modo, notamos que a intenção do governo brasileiro está pautada na geração de um combustível menos poluente, como alternativa ao petróleo, além de na diminuição da pobreza e na preservação do meio ambiente, respeitando, assim, os acordos e as resoluções climáticas.

Uma das metas do PNPB é a introdução da agricultura camponesa na cadeia produtiva do biodiesel. A partir da criação do Selo Combustível Social³, ficou estabelecido que, na Amazônia, a empresa produtora do biodiesel deve ter obrigatoriamente um percentual mínimo de 15% da matéria-prima provinda do pequeno produtor rural.

³ “O Selo Combustível Social é um componente de identificação criado a partir do Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004, concedido pelo MDA ao produtor de biodiesel que cumpre os critérios descritos na Portaria nº 337, de 18 de setembro de 2015. O Selo confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados Pronaf. A concessão do direito de uso do Selo Combustível Social permite ao produtor de biodiesel ter acesso as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados para o biodiesel, que varia de acordo com a matéria prima adquirida e região da aquisição, incentivos comerciais e de financiamento” (SAF-BIODIESEL, 2017).

Pela primeira vez, a agricultura camponesa foi incluída em um programa de produção através de uma política nacional. Este é o item do PNPB denominado “competitividade e inclusão social” com a criação do “Selo Combustível Social”, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esta política foi elaborada a partir da lógica da “integração” um dos princípios dos parâmetros do paradigma do capitalismo agrário. O subsídio que o governo oferece ao sistema industrial do agronegócio, na compra de uma quantidade definida pelo MDA, contribui para a manutenção da subordinação da produção camponesa ao agronegócio. O controle do processo de produção e comercialização é do agronegócio, que vem realizando investimentos em pesquisas e tecnologia para a produção em grande escala de culturas para o agrocombustível (FERNANDES et. al., 2011, p. 6).

A inclusão da agricultura camponesa no plano político do PNPB, de certa forma, nos sugere uma contradição, já que o programa tenta unir dois seguimentos historicamente antagônicos e, por vezes, envolvidos em conflitos, vistos na personificação das várias categorias camponesas e dos agentes capitalistas.

O reflexo das políticas do PNPB na Amazônia tem-se dado por meio do cultivo do dendê, que se destaca como uma das oleaginosas propensas para a produção do biodiesel. Com o *slogan* do desenvolvimento sustentável, o cultivo da palma projeta-se nessas duas primeiras décadas do século XXI, como um novo componente desenvolvimentista para a região, tendo o nordeste paraense as condições favoráveis para esse empreendimento. Além do PNPB, em 2010, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lança em Tomé-açu, o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil – PSOB, na tentativa de fortalecer a cadeia produtiva do dendê no Estado do Pará.

Desse modo, o modelo de desenvolvimento proposto para Amazônia, no início do III milênio, ainda está pautado na “visão eldoradista” (SVAMPA, 2012), na qual as potencialidades regionais são expressas a partir da exploração econômica das fontes naturais. Assim, as políticas nacional e estadual são direcionadas para ampliar as áreas de produção de *commodities*, como o avanço da soja, do eucalipto, da mineração e do dendê.

Existem cerca de **170 mil hectares plantados** de palma de óleo no Estado do Pará, que produzem cerca de **380 mil toneladas de óleo bruto por ano** (mais de 90% da produção nacional e cerca de 60% do consumo do Brasil). Este é um setor de grande criação de empregos, além de ter potencial tanto em óleo para fins alimentícios/industriais e quanto para biodiesel (PALMA DE ÓLEO, 2017).

A citação acima faz parte do projeto de Óleo de Palma do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará. A expansão do dendê no nordeste paraense está na pauta das políticas de desenvolvimento, tanto do governo paraense, como também na esfera federal, por meio do PNPB e o PSOB.

Ambos incentivos à produção da oleaginosa emergem num discurso ideológico do crescimento econômico sustentável. Assentado numa suposta perspectiva de sustentabilidade que viabilizaria a

recuperação de áreas degradadas, o sequestro de carbono, e a inserção da agricultura camponesa na cadeia produtiva e na produção de um combustível mais limpo, o cultivo do dendê vem expandindo-se (BECKER, 2010). Contudo, estudos demonstram que a expansão da oleaginosa tem sido tão degradante quanto outras formas de apropriação do capital, não cumprindo, dessa maneira, a sua meta de sustentabilidade (HOMMA & VIEIRA, 2012; MACEDO & SOUSA, 2016; GOMES et. al., 2016).

Em meio a esse processo, as comunidades camponesas têm visto seus territórios serem cercados pela palma e, de certa forma, aprisionados por uma agricultura estranha ao seu modo de vida e produção. Desse modo, o tema campesinato continua na agenda do dia, seja para traçar sua tragédia social, via processo de descampesinização (NAHUM & BASTOS, 2014), seja para desvendar os elementos que permeiam a sua recriação no bojo do desenvolvimento desigual e combinado do capital (SOUSA, 2014; MACEDO & SOUSA, 2016).

O agronegócio do dendê e resistência camponesa no nordeste paraense

Antes da expansão do dendê no nordeste paraense, esta mesorregião já tinha recebido políticas públicas por parte do governo do Estado do Pará, no período áureo da borracha. Com a abertura da ferrovia Belém-Bragança⁴, formou-se colônias agrícolas que tinham por objetivo abastecer os seringais e as cidades de Belém, Santarém e Manaus. Após o declínio da *Hevea brasiliensis*⁵, a região vai concentrar-se na produção de alimentos, sendo o sistema de roças um dos mais importantes (CAÑETE, 2005) na época, e, posteriormente, a pecuária iria juntar-se a esse sistema, no período da integração nacional.

Os municípios do nordeste do Pará têm em seu histórico uma relação produtiva muito forte com o cultivo da mandioca⁶. Organizada em sistema de roça consorciada e itinerante, a mandioca orchestra nos territórios campesinos uma produção agrícola voltada à confecção da farinha, que pode ser comercializada ou apenas usada para o consumo doméstico.

O incentivo à produção do dendê por parte do governo estadual e federal tem desconsiderado a produção da mandioca e suas variações genéticas, que estão espacializadas pela diversidade de

⁴ Sobre a ferrovia Belém-Bragança ver: PENTEADO, A. R. *Problemas de colonização e de uso da terra na região bragantina do Estado do Pará*, (1967); CONCEIÇÃO, M. F. C. *Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do Nordeste Paraense*, (2002); e TAVARES, M. G. C. *A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI*, (2011).

⁵ A semente *Hevea brasiliensis* foi transviada pelos ingleses para as colônias britânicas na Ásia, mais precisamente na Malásia, para fins de uma racionalização da extração do látex. Tal fato, levou anos mais tarde a decadência da borracha amazônica.

⁶ A mandioca é o principal componente agrícola da roça camponesa no nordeste paraense. Do tubérculo aproveita-se quase tudo. Da raiz se produz a farinha d'água e a goma da tapioca; do suco da raiz se tira o tucupi que é utilizado na gastronomia paraense e molhos de pimenta; a casca é servida para criação e também como adubo para a vegetação; o caule é selecionado para futura plantação e da folha/maniva pode-se preparar a maniçoba (comida regional).

comunidades existentes na região. Diferente da borracha que foi exportada para outros países do trópico asiático, o dendê foi importado para Amazônia devido condições climáticas favoráveis⁷, substituindo nesse início de século, parte das lavouras de mandioca do nordeste paraense.

A inversão de uma agricultura de roça de mandioca para uma agricultura do dendê, expressa uma diferenciação no processo de apropriação e dominação do espaço agrário paraense, ocorrendo uma mudança do valor da terra, que sai de um estágio de valor de uso (uso simbólico) para um valor de troca (troca monetária). Para Taussing (2010, p. 58), “a distinção entre o valor de uso e o valor de troca corresponde às diferentes configurações do processo econômico: por um lado, temos o objetivo de satisfazer as necessidades naturais; por outro, o impulso em direção à acumulação de lucros”.

Ao pensar o território a partir da contradição do desenvolvimento capitalista no espaço agrário brasileiro, Oliveira (2004) revela dois processos que nos ajudam a pensar a expansão do dendê na Amazônia. O primeiro, é quando o capital se territorializa, ocorrendo a territorialização do capital monopolista na agricultura. O segundo, é quando o capital monopoliza o território sem na prática se territorializar, ocorrendo assim, a monopolização do território pelo capital monopolista.

No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 42)

E prossegue,

Já o segundo mecanismo, quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, e a população rural pode até se expandir. Nesse caso, o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar, simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

As duas perspectivas de Oliveira (2004) nos elucidam questões acerca da atuação do capital e como o território tende a ser estruturado para atender as demandas do mercado capitalista. No segundo mecanismo citado pelo autor, entendemos que ocorre um processo de recriação do campesinato diante da sua subordinação, ou seja, ao passo que o capital sujeita o trabalho camponês, ao mesmo tempo, o recria como um trabalho não assalariado dentro da sociedade capitalista.

⁷ O dendê foi trazido para o Brasil pelos negros escravizados no período colonial. Posteriormente, na década de 1950, por experimentos da Embrapa, começou-se a cultivar a palma na Amazônia, primeiramente, para fins alimentícios. Só ganhando maior incentivo de cultivo depois que a oleaginosa tornou-se propícia para produção do biodiesel.

Entendemos a partir desse processo que, à medida que as famílias camponesas começam a produzir o dendê em suas propriedades, tem se constituindo uma “territorialidade do agronegócio em território do campesinato” (FERNANDES et. al. 2011), contudo, assumindo uma organização produtiva não necessariamente capitalista.

Dentro desse debate, o estudo do território torna-se de fundamental importância para o entendimento da ação global sobre o local. Assim, “o conceito de território e tudo que nele está implicado nos ajudam a compreender o que está em jogo com a questão ambiental, ou seja, a luta pela reapropriação social da natureza” (GONÇALVES, 2012, p. 35).

Partindo de uma matriz marxista, Calabi e Indovina (1992) traçam uma perspectiva crítica acerca do uso capitalista do território, tecendo uma abordagem a partir do uso e das transformações geradas pelo processo capitalista de produção. Sendo assim, o desenvolvimento econômico tende abarcar todas as esferas de produção de mercadoria, do mesmo modo que causa a concentração de capital.

Os autores citados, afirmam que “existe um ‘uso’ do território, por parte do capital, diverso e sujeito a contínuas modificações, em correspondência com as diversas fases de desenvolvimento do processo capitalista” (CALABI & INDOVINA, 1992, p. 57). Desse modo, a organização do território parte das relações capitalistas de produção, desenvolvendo ações e forças produtivas que determinam especificidades territoriais.

O território estando aprisionado ao capital gera uma tríade que dá funcionalidade ao processo de produção capitalista, vinculado, num primeiro momento, ao processo de produção e, posteriormente, à circulação e valorização do capital e à reprodução da força de trabalho (CALABI & INDOVINA, 1992).

Para Calabi e Indovina (1992), a produção é o primeiro uso do território, por qual se estrutura a apropriação do espaço por meio da utilização da mercadoria trabalho, ocasionando em extração de mais-valia. Nesse momento, a localização geográfica torna-se um ponto estratégico, levando em consideração a vocação dos lugares, o que, por sua vez, estimula a competição tecnológica e a eficiência para a reprodução de mais capital.

O segundo uso do território se dá por intermédio da circulação e da valorização do capital, desencadeado por meio do ciclo D-M-D’, que é orquestrado tanto pela força produtiva como também pela capacidade de consumo da sociedade (CALABI & INDOVINA, 1992). O terceiro uso capitalista do território é a reprodução da força de trabalho que está vinculada ao formato com que o capital tende a realizar a extração de mais-valia, nesse caso, “a força de trabalho consome ‘mercadoria’ e com isto permite a realização do valor produzido” (CALABI & INDOVINA, 1992, p. 61).

Esse percurso pelo uso capitalista do território, formulado por Calabi e Indovina (1992), nos permite compreender as relações vinculadas ao processo capitalista no espaço amazônico, no qual desencadeou no avanço do capital sobre a natureza e nas relações socioculturais preexistentes. A apropriação capitalista do território nos permite compreender a conformação dos latifúndios genéticos (GONÇALVES, 2012), gerados a partir da contabilidade dos ecossistemas, forjando um mercado do carbono (tanto pela captura, como também pela diminuição da emissão na atmosfera) e, por conseguinte, originando em circulação e valorização de capital a partir da cobertura vegetal.

O processo do uso capitalista do território forja relações de poder que resultam numa organização territorial desigual e combinada, constituída por agentes dominantes e sujeitos sociais que são subordinados, ora diretamente, ora indiretamente. A apropriação do espaço nesse regimento econômico dá-se com a culminância de territórios de exclusão da divisão da riqueza produzida, estando as relações sociais do trabalho edificadas na órbita da mais-valia.

Salienta-se que o capitalismo pode fazer “uso” de territórios que não experimentam relações de produção capitalista. Nesse caso, o capital projeta sobre esses territórios uma reserva de valor para suprimir demandas em momentos de crise ou mesmo na apropriação da renda produzida pelo trabalho não capitalista.

Os territórios não capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante. O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos (HARVEY, 2014, p. 117).

Os territórios não capitalistas são indiretamente manipulados pelo capital, dos quais são extraídos lucros sobre a renda gerada por sujeitos sociais que compõem determinadas territorialidades. Nesse caso, reportamos à Rosa de Luxemburgo, quando esta reconhece que “não houve nem há uma sociedade capitalista que se baste por si mesma, na qual domine exclusivamente a produção capitalista” (1976, p. 298).

A conformação dessa rede territorial entre capitalista e não capitalista acontece, primordialmente, pelo capital beneficiar-se da disponibilidade de recursos (terra e trabalho) que as sociedades não capitalistas usufruem. Sobre tal relação, podemos compreender que a expansão do dendê no nordeste paraense, tem como uma das metas o consórcio entre as empresas que cultivam a oleaginosa e os agricultores camponeses. Ou seja, territórios não capitalistas que se abrem para relações comerciais com empresas capitalistas.

Esse consórcio entre os camponeses e as empresas produtoras de dendê lembra uma atividade econômica muito corriqueira na Amazônia, no período de maior extração da borracha, chamada de sistema de aviamento.

Da organização das atividades produtivas sob o comando do capital comercial, resultou na Amazônia essa forma peculiar de organização – o sistema de aviamento. Ele foi predominante na fase da economia extrativista da borracha, mas existe até hoje nesta e outras atividades. O sistema apresentava (e apresenta) uma dupla face. Constituiu-se (e constituiu-se) numa linha de crédito ao produtor direto, intermediado por numerosos agentes que se apropriam do lucro gerado com o trabalho daquele. Do outro lado, constituía-se (e constituiu-se) numa relação de trabalho (cativo e explorado) entre o seringueiro, no local da produção, no meio da mata e os diversos aviadores (LOUREIRO, 2004, p. 39).

No caso do dendê, o camponês faz o empréstimo por meio da linha de crédito Pronaf-eco dendê. Esse dinheiro é investido na compra da matéria-prima na empresa que, também vende adubos, agrotóxicos, aluga máquinas e oferece apoio técnico. Posteriormente, no período da colheita da oleaginosa, os camponeses vendem a produção para a empresa que foi estabelecido o contrato.

Nesse processo, percebe-se que as empresas produtoras do dendê extraem lucro da renda do trabalho dos camponeses por meio do contrato, seja na formação de um mercado de mudas, adubos e serviços, seja na aquisição da oleaginosa por uma produção de baixo custo, sem leis trabalhistas, além de ampliar a área de produção. Para os camponeses, fica o trabalho penoso, a dívida no banco e a esperança de boas safras no futuro.

Desse modo, o sistema de aviamento ainda é perceptível nas atividades de trabalho na Amazônia, visto pela desigualdade gerada nas relações comerciais. Nota-se que a expansão do dendê é cerceada no nordeste paraense como uma produção sustentável, aplainada em supostas novas relações comerciais e produtivas. Contudo, reprisa-se novos projetos a partir de velhas práticas (MACEDO & SOUSA, 2016), moldadas para atender às necessidades lucrativas do capital.

De modo particular, o campesinato amazônico tem sido ameaçado pelo avanço da fronteira agrícola desde o processo de integração nacional, porém, tem ficado resiliente frente à expansão capitalista no campo, orquestrando uma resistência que permite a sua recriação nas frestas do capital. No nordeste paraense, a expansão do dendê tem de certa forma reestruturado as relações produtivas nas comunidades camponesas, colocando em questão a produção de alimentos, principalmente da farinha de mandioca.

A atual expansão do cultivo do dendezeiro tem provocado a substituição de áreas de cultivos de pequenos produtores e de pastagens. Considerando a área máxima e mínima colhida no período 2005/2011, verificou-se no Pará a redução de 10% da área colhida de mandioca, estimada em 30 mil ha. A alta nos preços da farinha de mandioca no estado tem sido causada, em parte, pela substituição de áreas produtoras de mandioca por dendezeais em municípios como o Acará (HOMMA & VIEIRA, 2012, p. 83).

Os estudos de Homma e Vieira (2012) corroboram com nossa crítica à sustentabilidade do biodiesel, tendo no processo produtivo uma possível substituição de uma agricultura de alimento para outra de combustíveis, colocando em pauta a segurança alimentar.

Além da substituição da roça de mandioca pelo canteiro de dendê, autores apresentam um recrutamento da mão de obra camponesa para o trabalho assalariado nas propriedades produtoras da oleaginosa.

Há indícios de que a produção da monocultura do dendê em larga escala tende a retirar os filhos dos pequenos proprietários das atividades camponesas, transformando-os em assalariados agrícolas. A possibilidade de aumento de renda da remuneração salarial traz mudanças na organização produtiva familiar, que leva uma parcela de seus membros a deixarem de plantar a sua própria produção alimentar e passaram a obter a remuneração de sua mão de obra fora da propriedade. Os produtos que antes eram gerados para o autoconsumo passam a ser adquiridos pela remuneração salarial. Dessa forma, a comercialização do dendê cria novos padrões de vida nas comunidades (MONTEIRO, 2014, p. 239).

Em diálogo com o exposto por Monteiro (2014), Nahum e Bastos (2014, p. 476) enveredam pelo processo da terminalidade camponesa frente à produção da oleaginosa no Estado do Pará. Para os autores, “nos lugares onde a dendeicultura aporta a [há] tendência a descampesinização, isto é, formação de um campo sem camponeses, predominando moradores rurais, assalariados rurais ou mesmo produtores de dendê”. Nesta perspectiva, concluem que “em torno dos empreendimentos de dendê a reprodução da existência está profundamente dependente da associação com a dendeicultura, de onde provem o dinheiro para aquisição de tudo o que antes na sua condição de camponês produzia” (2014, p. 480).

Em outra perspectiva, vislumbram-se estudos que apontam à recriação camponesa nas frestas do capitalismo, nas quais o dendê está inserido. Em estudos realizados no município de Concórdia do Pará, Sousa (2014) nos apresenta algumas interferências no processo produtivo na comunidade de Arapiranga.

Até a primeira década do século XXI, a roça era praticamente o único meio de sobrevivência das famílias de Arapiranga. Com a introdução do dendê no município de Concórdia do Pará, os núcleos familiares passaram a revezar o tempo de trabalho entre o campo de dendê e suas roças, outras estão apenas com o trabalho assalariado na empresa cultivadora da oleaginosa e algumas estão com a produção da palma em suas respectivas propriedades (SOUSA, 2014, p. 18).

Nessa assertiva, a expansão do dendê no município de Concórdia do Pará tem reordenado o processo produtivo do campesinato local, indicando diferentes expressões de trabalho, mas em nenhum momento o trágico fim do campesinato. Em estudo de comunidades rurais no nordeste paraense, Macedo e Sousa (2016) reforçam a perspectiva da recriação camponesa frente ao cultivo da oleaginosa.

A presença dos camponeses é sentida, quer seja pela presença de uma multidão (dependendo do horário em que se trafegue pela rodovia) de trabalhadores que marcham como soldados às proximidades da sede da Biopalma, a caminho do trabalho ou de retorno dele, ou dos pequenos sítios que insistem em afrontar o imponente território da palma. Ao mesmo tempo em que a propriedade da Biopalma ganhava forma e imponência, na PA 140, a paisagem local se modificava: formaram-se pequenas vilas ao longo da PA e com ela saltam aos olhos práticas agrícolas antes comuns ao interior, ou “centro do território”, distantes da beira da estrada. Verificamos nestes espaços pequenas roças de mandioca, plantações de verduras (quiabo, maxixe, jerimum e outras) e casas de farinha improvisadas. Chamou-nos atenção o uso de uma caixa de amianto para armazenar água e amolecer a mandioca. Estas estratégias somadas a tantas outras nos indicam os mecanismos de reprodução do campesinato em meio às adversidades impostas pelo capital (MACEDO & SOUSA, 2016, p. 74-75).

Partindo desse pressuposto, percebemos que a corrida pelo assalariamento não pode levar ao entendimento de um processo de descampesinização, mas como uma estratégia que o camponês assume para continuar a viver no campo. Chayanov (2014, p. 129-130) nos chama a atenção de que a categoria salário “altera em certa medida o conteúdo das categorias habituais baseada no trabalho dos membros da família, mas não as substitui inteiramente pelas categorias de uma exploração capitalista”.

Do mesmo modo, Taussing (2010) ao estudar o campesinato da América do Sul, faz uma reflexão sobre os camponeses que se assalariavam nos campos de cana-de-açúcar colombiano.

Os trabalhadores assalariados dos canaviais e de grandes fazendas não são proletários “puros”; sem nada além do que subsistir além da venda de seu tempo de trabalho. Temporários ou permanentes, locais ou imigrantes, eles são, em geral, proletários de meio expediente cuja subsistência – e das pessoas que dependem deles – apoia-se no trabalho proletário complementar, assim como nos frutos do cultivo camponês ou tipos similares de renda (TAUSSING, 2010, p. 131).

O trabalho proletário complementar (TAUSSING, 2010) sugere uma estratégia camponesa de manter parte dos seus recursos indispensáveis para a manutenção da família na terra. Tais recursos são vistos na microrregião de Tomé-Açu, na manutenção do retiro, na compra de fornos para assar a farinha, na aquisição de motos⁸ e eletrodomésticos, no pagamento de diárias para o manejo da roça, na construção da casa de alvenaria, entre outros. O investimento do salário na roça, mostra a resistência camponesa ao trabalho assalariado integral, mantendo parte da sua renda proveniente do trabalho familiar camponês. Assim, “o complemento camponês ao trabalho assalariado é, portanto, necessário tanto aos capitalistas quanto aos trabalhadores assalariados, uma vez que o salário capitalista raramente é suficiente para um indivíduo sobreviver” (TAUSSING, 2010, p. 139).

O *Boletim Informativo Guerra do Dendê* (2014), organizado por integrantes da Nova Cartografia Social da Amazônia, nos mostra a problemática da palma e as estratégias e resistências que as comunidades campesinas têm tomado contra o avanço da cerca da oleaginosa no nordeste paraense.

⁸ Tem sido comum no meio rural e urbano no nordeste paraense, as famílias que adquirem moto, integrarem-se à atividade de moto-táxi. Em nossa pesquisa, em vários momentos utilizou-se esse veículo como meio de transporte por entre as comunidades rurais.

Entre as questões levantadas, estão: segurança alimentar ameaçada pelo dendê; territórios quilombolas não titulados em face de expansão da oleaginosa; a precarização do trabalho; contaminação dos igarapés; doenças do amarelecimento da palma e efeitos ambientais dos agrotóxicos.

Versus esses efeitos danosos, as comunidades camponesas estão se organizando em reuniões para discutir sobre a entrada do dendê na região. Parte das famílias não tem tido interesse a fazer consórcio com as empresas e muitos trabalhadores já retornam em parte integral ao trato da roça, assumindo a consciência da precarização do trabalho nos campos da oleaginosa. Além disso, tem sido constante as denúncias ao Ministério Público sobre as irregularidades das empresas produtoras da palma africana.

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que existe uma divisão por entre as comunidades, ao passo que muitos camponeses estão entrando em consórcio com as empresas produtoras do dendê, construindo plantações da oleaginosa em seus territórios, além de ainda ser recorrente a saída de trabalhadores das comunidades para os campos da palmácea.

Em nossa pesquisa na microrregião de Tomé-Açu, notamos que muitos camponeses expressam formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2002; 2011) ao dendê, que pode ser visualizada na rotina de vida familiar e comunitária. Um exemplo seria o camponês que sai de manhã para trabalhar na Biopalma⁹, mas quando volta, à tarde, vai para a roça, cuidar do quintal, da horta medicinal, vai tomar banho de igarapé e, nos finais de semana, ainda faz farinha no retiro, ajuda um parente que está doente, participa do culto dominical e dos jogos de futebol na comunidade. Desse modo, compreendemos que, mesmo trabalhando na colheita da oleaginosa, o camponês guarda na sua convivialidade a resistência ao modo de vida do trabalhador capitalista.

O que as formas cotidianas de resistência compartilham com as confrontações públicas mais dramáticas é, naturalmente, o fato de serem voltadas a mitigar ou rejeitar demandas feitas pelas classes superiores ou a levar adiante reivindicações com relação a tais classes. Essas demandas e reivindicações têm normalmente a ver com o nexos material da luta de classes – a apropriação da terra, do trabalho, dos impostos, das rendas, e assim por diante. Onde a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e de jure, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos de facto imediatos (SCOTT, 2011, p. 223).

⁹ “A Biopalma da Amazônia foi criada em 2007 pela empresa MSP. Em 2009, foi criado o consórcio Vale (41%) e MSP (59%), mas, em 2011, a Vale aumentou a sua participação para 70%, passando a controlar a Biopalma, definir suas diretrizes e todas as suas políticas, inclusive aquelas relacionadas às questões trabalhistas. Os trabalhadores assalariados são contratados pela Biopalma. Importante esclarecer que o consórcio Biopalma/Vale se limita apenas a produção do óleo de dendê, ou seja, o biodiesel é produzido apenas pela Vale para consumo próprio; pretende abastecer 216 locomotivas que transportam minério de ferro até São Luís, percorrendo 890 km, com o denominado B20 (80% de diesel comum com adição de 20% de biodiesel)” (DROUVOT & DROUVOT, 2011: 380).

As formas cotidianas de resistência expostas por Scott (2011) nos ajudam a entender a resiliência camponesa frente à expansão capitalista na fronteira amazônica, principalmente porque parte desse campesinato não segue totalmente a racionalização produtiva imposta pelo Estado e o pelo capital. Assim, mesmo entrando na cadeia produtiva do dendê, encontramos no cotidiano campesino relações simbólicas que estão naturalizadas na vida em comunidade, organizando o território na contramão do processo de descampesinização e da metamorfose do camponês em agricultor familiar capitalizado (NAHUM & SANTOS, 2014), que seria a sistematização da vida camponesa aos olhos do Estado desenvolvimentista e do capital.

A resistência cotidiana do campesinato dá-se sempre contra uma ordem que tenta dominá-lo e, conseqüentemente, transformar a sua rotina de vida na lógica do que seja modernidade. Com isso, involuntariamente, o camponês orchestra em seu cotidiano formas de luta contra a racionalização da sua vida. Contudo, essa luta não é realizada na confrontação coletiva, mas de forma individual, por isso que Scott (2011, p. 227) nos alerta que “formas cotidianas de resistência não proporcionam manchetes jornalísticas”.

Mesmo quando o camponês ingressa na cadeia produtiva do dendê, pode-se encontrar resistências embutidas em relações de trabalho alternativo que complementem a renda familiar. As estratégias de sobrevivência também são táticas de resistências que têm feito a sociedade camponesa estar viva desde o advento do capitalismo, quando teóricos clássicos da questão agrária já anunciavam sua terminalidade¹⁰.

Uma sociedade ou comunidade camponesa pode envolver-se na produção de mercadoria, mas isso não necessariamente a constitui como cultura reificada. Uma comunidade pode ser afetada e controlada em muitos sentidos pelo mundo capitalista mais vasto, mas isso não a torna uma réplica da sociedade englobante ou da economia mundial (TAUSSING, 2010, p. 199).

Em meio ao pensamento homogeneizante do desenvolvimento sustentável global, Taussing (2010) nos possibilita seguir uma corrente de pensamento que concebe a contradição do capitalismo, quando este não enquadra em todos os lugares a sua receita de acumulação, mas tenta extrair da renda não capitalista o lucro desejado. Com isso, a comunidade camponesa se estrutura a partir do seu cotidiano e não, exclusivamente, a partir da racionalidade do capital.

Desse modo, delineamos, até aqui, que a expansão do capitalismo na Amazônia toma faces de desenvolvimento, mostrando o caminho a ser trilhado para a modernização da região. Tem sido assim por meio do discurso do desenvolvimento sustentável, visto, no nordeste paraense, na figura do agronegócio do dendê. Em contraponto, as populações camponesas vão tomando formas cotidianas e

¹⁰ Ver *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Vladimir Lênin (1985), e *A questão agrária*, de Karl Kautsky (1980).

organizadas de resistência, ganhando visibilidade e legitimando seus territórios pelas frestas do capitalismo.

Considerações Finais

A geografia da Amazônia é constituída por contextos históricos que se singularizam e, ao mesmo tempo, aproximam-se desenhando no tempo e no espaço processos que culminam na exploração dos recursos naturais e, conseqüentemente, geram desigualdade na conformação dos territórios preexistentes.

As políticas direcionadas ao incentivo do dendê no nordeste paraense são norteadas por um discurso do desenvolvimento sustentável, pela diminuição da pobreza, tirando a região da estagnação econômica. Contudo, notamos que o empreendimento tem acontecido na constância de velhas práticas desenvolvimentistas, em detrimento de atividades produtivas que abastecem o mercado interno paraense, como a farinha de mandioca.

Verificamos também que a valorização do dendê ocorre quando a oleaginosa se torna uma das matérias-primas propensas para a produção do biodiesel. Assim, o incentivo à agricultura dá-se por interesse dos mercados nacional e internacional, o que inibe a produção destinada ao mercado interno. Neste ínterim, a substituição da roça de mandioca pelos campos de dendê é guiada pelo mercado, e não pela necessidade imediata da sociedade. Neste ponto, questionamos cadê a sustentabilidade?

Apesar da integração de parte do campesinato do nordeste paraense na cadeia produtiva do dendê, vislumbram-se formas cotidianas de resistências que vão na contramão da racionalidade imposta pelo desenvolvimento sustentável. Sendo assim, o campesinato orchestra em seus territórios uma convivialidade alicerçada em relações que se opõem ao modo de produção capitalista, sem, contudo, estar de fora desse sistema.

Referências

- ACSELRAD, H. *Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental*. Estudos avançados, 24 (68), 2010.
- ALMEIDA, A. W. B. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- BECKER, B. K. *Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)?*, Confins [Online], 10 | 2010, posto online em 14 Janeiro 2011, Consultado em 02 Outubro 2016.
- CALABI, D. & INDOVINA F. *Sobre o uso capitalista do território*. Revista orientação, N. 9, 1992.
- CAÑETE, V. R. *Os colonos de Nova Redenção: estratégias de permanência e dinâmica do campo da região Guajarina do Estado do Pará*. Belém: NAEA/UFPA, 2005 (Tese de Doutorado).

- CHAYANOV, A. V. "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas". In: SILVA, J. G. & STOLCKE, V. (Orgs.). Traduzido por José Bonifácio de S. A. Filho. *A questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.
- CRUZ, V. C. "Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia". In: SILVA, O. A. et. Al. (Orgs.). *Identidade, Território e Resistência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 37-72.
- DROUVOT, C. M. & DROUVOT, H. *O Programa de Produção Sustentável do Dendê na Amazônia: a mobilização dos grupos de interesse no reflorestamento das áreas degradadas*. 6º Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas. Inovação, Cooperação Internacional e Desenvolvimento Regional. IFBAE, Franca, 2011.
- FERNANDES, B. M. et al. *Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial*. Espaço Aberto, v. 1, p. 14-37, 2011.
- GOMES, D. L. et al. *Expansão territorial do dendê e resistência camponesa no Nordeste paraense*. Caminhos de Geografia (UFU), v. 17, p. 191-200, 2016
- GONÇALVES, C. W. P. *O latifúndio genético e a r-esistência indígena-camponesa*. Geographia: Niterói/RJ, UFF/EGG, 2002, p. 39-60.
- _____. *A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios*. Intertheses. Vol. 09 – Nº 1. Jan/jun 2012.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves – 8ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HÉBETTE, J. *A resistência dos posseiros*. In: HÉBETTE, J. (Org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. Vol. II.
- HOMMA, A. K. O. & VIEIRA, I. C. G. *Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia*. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 8, n. 15, jul./dez. 2012.
- IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=15&search=para>>. Acesso em 6 de outubro de 2016.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich. 7ª ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LOUREIRO, V. R. *Amazônia: Estado-Homem-Natureza*. 2º Ed. Belém: Cejup, 2004.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, 2ªed.
- MACEDO, C. O. & SOUSA, R. B. "Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas". In: MACEDO, C. O. et. al (Orgs). *Os "nós" da questão agrária na Amazônia*. Belém: Editora Açaí, 2016.
- MONTEIRO, M. A. "De camponês a assalariado agrícola: impactos da expansão de e dendê na Amazônia". In: BAHIA, M. C. & MARTINS, D. (Orgs). *Estado, sistemas produtivos e populações tradicionais*. Belém: NAEA, 2014, p. 221-242.
- NAHUM, J. S. & BASTOS, G. S. *Dendêcultura e descampesinização na Amazônia paraense*. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. V.9, N. 17, 2014, p. 469-485.
- NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. *Boletim informativo Guerra do dendê*. N. 9, agosto de 2014.
- OLIVEIRA, A. U. *Perspectivas no início do século XXI*. In: OLIVEIRA, A. U. & MARQUES, M. I. M. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2004, p. 29-70.
- PALMA DE ÓLEO. (29 de setembro de 2017) Fonte: PARÁ2030: <http://para2030.com.br/oportunidades/oleo-de-palma/>
- ROSENAU, J. N. *Governança, ordem e transformação na política mundial*. In: ROSENAU, J. N. & CZEMPIEL E. (Orgs.) *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Tradução Sérgio Bath – Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

- SAF-BIODIESEL. (29 de setembro de 2017). Fonte: MDA: ww.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiesel/sobre-o-programa
- SCOTT, J. C. *Formas de cotidianas da resistência camponesa*. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, Jan/Jun, 2002, p. 10-31.
- _____. *“Exploração normal, resistência normal”*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243.
- SOUSA, R. B. *Pelas margens do Igarapé Arapiranga: o processo de territorialização camponesa no Município de Concórdia do Pará*. UFF/PPGEO. Niterói: 2014. (Dissertação de mestrado)
- SVAMPA, M. *Consenso de los Commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico em América Latina*. OSAL Observatorio Social de América Latina. Año XIII Nº 32 / publicación semestral / noviembre de 2012.
- TAUSSING, M. T. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. Tradução Priscila Santos da Costa – São Paulo: Ed. Unesp, 2010.